

Assunto: Presidente do TRE toma posse	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção:
Página: 2	Data: 23/07/2015

jornal do  commercio

Presidente do TRE toma posse

O novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Antônio Carlos Alves da Silva, e o vice-presidente, Alberto Nogueira Virgínio, tomam posse hoje, a partir das 17h, em solenidade festiva realizada no térreo do Tribunal. O governador Paulo Câmara (PSB) e o prefeito Geraldo Julio (PSB) confirmaram presença.

Antônio Carlos Alves da Silva, 66 anos, foi eleito desembargador em 2008, pelo critério do merecimento. Natural do Recife, o desembargador formou-se bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1985. A magistratura foi conquistada em 1989, na Comarca de Parnamirim. A posse



CERIMÔNIA Posse de Antônio Carlos Alves da Silva é às 17h

Alepe/Divulgação

como desembargador eleitoral ocorreu no dia 7 de julho de 2015, sendo eleito em seguida para presidente.

Natural de Afogados da Ingazeira (PE), o vice-presidente, Alberto Virgínio, foi promovido a desembargador em julho de 2005, pelo critério de merecimento. Ingressou na magistratura através do Ato Governamental nº 1.242/1983, assumindo o exercício em 12 de abril de 1983, na Comarca de Inajá. Em 2000, fora indicado pelo TRE-PE para atuar como juiz eleitoral da 6ª Zona Eleitoral do município do Recife. Na mesma eleição, acumulou as funções de juiz membro da Comissão de Propaganda Eleitoral da jurisdição do mesmo município.

Assunto: Mais de R\$ 130 mi resgatados	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção:
Página: 2	Data: 23/07/2015

jornal do  commercio

Mais de R\$ 130 mi resgatados

Mais de R\$ 130 milhões em débitos de impostos estaduais e municipais foram negociados nos sete dias do Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco, realizado no Centro de Convenções entre os dias 15 e 21 deste mês.

O governo fechou negociações que superaram o total de R\$ 37 milhões em débitos tributários, sendo R\$ 2,2 milhões para quitação à vista e R\$ 34,8 milhões parcelados. Já a Prefeitura do Recife negociou R\$ 94,3 milhões, dos quais R\$ 31,1 milhões de pagamentos à vista, com descontos de até 90% nos juros e nas multas, e R\$ 63,2 milhões parcelados em até 96 vezes.

“O mutirão foi tão exitoso que vai servir de modelo para o resto do País”, revela o o secretário de Assuntos Jurídicos do Recife, Ricardo Correia. As condições especiais de pagamento e parcelamento permanecem até o dia 31 de julho pela internet ou nos postos de atendimento ao contribuinte da Prefeitura e nas agências da Receita Estadual.

Assunto: Medalha do Mérito TJPE – Leonardo Carneiro	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Caderno C	Seção: dia a dia/Mirella Martins
Página: 3	Data: 22/07/2015

jornal do  commercio

Lembre-se

Leonardo Carneiro da Cunha
recebe dia 13, às 10h30, a Medalha
do Mérito Judiciário Joaquim
Nunes Machado, no pleno do TJPE.

Assunto: Perícias criminais são contestadas	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 1	Data: 23/07/2015



Advogados estão usando brecha na lei para derrubar os laudos

Perícias criminais são contestadas

Folha resume

Associação de Polícia Científica de Pernambuco diz que é inconstitucional a confecção de laudo pericial por peritos papiloscopistas. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Defesa Social, afirma que a atribuição não fere a Constituição Pernambucana e nem Lei Federal. Há advogado solicitando anulação de perícia à Justiça.

Alan Torres/Arquivo Folha



APOC-PE: peritos criminais devem fazer laudo da cena do crime, e não os papiloscopistas

ASSOCIAÇÃO DE
Polícia Científica
alega que
papiloscopistas não
podem fazer o
trabalho dos
peritos oficiais

Arthur Mota/Arquivo Folha



“
Fiz o pedido ao TJPE e aguardo resposta. Esses papiloscopistas não podem fazer perícia e nem assinar laudos, pois a Lei Federal não permite”

Luiz Santos, advogado de Cláudio Amaro Júnior, suspeito de assassinar o médico Artur Eugênio

DIEGO MENDES

Os laudos periciais realizados em cenas de crimes confeccionados por papiloscopistas da Polícia Civil do Estado estão sendo contestados pela Associação de Polícia Científica de Pernambuco (Apoc-PE). Segundo a associação, essa atribuição é inconstitucional. De acordo com a Lei Federal 12.030, só fazem parte do grupo de peritos oficiais os criminais, médicos-legais e odontologistas. Já a Constituição Estadual determina que cabe aos papiloscopistas fazer a identificação civil e criminal, o que significa comprovar se a identidade é verdadeira e se a pessoa tem passagem pela polícia, respectivamente. No entanto, alega a Apoc-PE, a categoria tem indo aos locais de crimes fazer perícias, o que estaria gerando processos para derubar os laudos periciais.

É justamente essa “brecha” que está sendo usada pelo advogado Luiz Miguel Santos, que defende o estudante de direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, que, junto com o pai, o médico Cláudio Amaro, é suspeito de mandar matar, em 2014, o também médico Artur Eugênio de Azevedo Pereira, 36 anos. “Fiz o pedido ao Tribunal de Justiça e aguardo resposta. Esses papiloscopistas não podem fazer perícia e nem assinar laudos porque a Lei Federal não permite. Eles não têm competência legal para fazer esse serviço”, explicou Santos, que pediu habeas corpus para o seu cliente.

A perícia feita por um papiloscopista é a prova fundamental contra Cláudio Amaro Gomes Júnior, pois é esse documento que atesta impressões digitais dele na garrafa plástica encontrada perto do carro de Artur Eugênio. “Muitos advogados podem entrar com esse recurso e toda investigação será prejudicada. Quem perde com isso é a sociedade, que não verá o inquérito resolvido”, disse o presidente da Apoc-PE, Enock José dos Santos. A Associação da Polícia Científica já pediu a intervenção do Governo Federal na situação.

ESCOLARIDADE

Além da incompatibilidade legal, Enock Santos aponta outros impedimentos para que os papiloscopistas assinem laudos periciais. “Eles foram aprovados em um concurso de nível médio e desempenham o papel de um profissional de nível superior, pois para ser perito criminal é preciso ter feito faculdade e em áreas específicas”, detalhou. A **Folha** procurou a Associação dos Peritos Papiloscopistas de Pernambuco, mas não obteve resposta. O Estado tem 342 papiloscopistas e 120 peritos criminais, segundo a Apoc-PE.

SDS

Em nota, a Secretaria de Defesa Social (SDS) informou que “a Lei 12.030 estabelece normas para as perícias oficiais de natureza criminal e a perícia realizada pelos peritos papiloscópicos de que trata o decreto 39.921/2013 são perícias papiloscópicas. A SDS disse que, segundo o artigo 103 da Constituição, cabe à Polícia Civil executar as atividades téc-

Saiba mais

CARGOS - O Decreto Estadual número 39.921 instituiu, no âmbito da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, vinculada à Secretaria de Defesa Social, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), para os servidores integrantes do seu quadro próprio de pessoal.

nicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal. “Não vislumbramos, dessa forma, a inconstitucionalidade do Decreto Estadual”, encerrou o texto da SDS.

> Perícia

O que fazem os peritos papiloscopistas e os criminais

Papiloscopista

É responsável pela coleta, armazenamento e identificação de impressões digitais e confecção de retrato falado.

Com isso, é atribuído a ele a identificação civil e criminal das pessoas.

Os profissionais podem ir aos locais de crime ou desastres para coletar essas informações para identificar vítimas e suspeitos.



Criminal

Também vai ao local do crime ou desastre. Ele analisa mercadorias, produtos químicos, tóxicos, exames balísticos, instrumentos usados em infrações e exames de DNA. Tudo para colaborar com investigações policiais.



Assunto: O irmão e o homem	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Opinião	Seção:
Página: b11	Data: 23/07/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

O irmão e o homem

WALTER GOMES DE MELLO
MAGISTRADO E LIMOEIRENSE
waltergmello@gmail.com

“Existem pessoas como a cana, que mesmo na moenda, reduzidas a bagaço, só sabem dar doçura”.

Somos grandes e pequenos, fortes e frágeis, conseqüentemente, os adjetivos referidos nos conduzem na trilha da vida até quando o criador em sua sabedoria determina o dia final no planeta Terra.

Vivendo momentos impactantes com a passagem de Silo, único irmão, à grande dimensão, de maneira repentina, levou-nos a inúmeras ocasiões vividas com o mesmo em parceria da infância, adolescência, juventude e até da maturidade, pois o cordão umbilical que nos unia era muito forte, acentuando-se, devido termos sido colegas de turma do

antigo infantil no Ginásio de Limoeiro, até conclusão do científico. Dias memoráveis de alegrias e também do vencer em conjunto, pois dificuldades houve e não poucas. Entretanto, o DNA de Wald e Severina Luiza, mesclado com os dos avós Palmira e Pedro Paulo, foram substanciais ao vencer.

Lutou sem atropelar o semelhante. Sua lha-neza foi alvo de busca para lhe torpedear, mesmo assim, em momentos difíceis, nunca usou sequer do instrumento da defesa. Hoje, na “Torre do Sono”, já se encontrou provavelmente com a nossa irmã Walsila, pois o “sila” é sufixo seu, além de estar com nossos pais, avós, ancestrais, tios, familiares e amigos que já partiram.

Sua trajetória foi exemplar, em plena adolescência ofereceu seu talento ao Moinho Recife e à indústria Pillar, modelares empresas

de nosso estado. Como químico graduado pela UNICAP, com destaque, serviu a inúmeros cortumes, tendo sido inclusive executivo da multinacional Henkel do Brasil S.A. Homem solidário e sumamente preocupado com os menos favorecidos, de conduta simples e extremamente pacífica, saudosista de sua Limoeiro, sempre a vivenciar seus familiares ancestrais.

Silo, foi bom, bom mesmo tê-lo como irmão e “só aquele que passou pelo frio da dor pode chegar ao incêndio do amor”. Que seus filhos Flávio Renato, Suany Mirella, Wald Neto e Silo Júnior, netos e sobrinhos permaneçam na trincheira, orgulhando-se do pai, avô e tio.

“Saudade é tudo que a gente sente, é falta que faz a gente, alguém que partiu, alguém que morreu, alguém que o coração não esqueceu”.

P.S.: O TJPE está maior com a ascensão do Juiz de Direito José Viana Ulisses Fº à colenda corte. A conduta ética, seus valores morais e jurídicos o credenciam.

Assunto: Mutirão Fiscal negocia mais de R\$ 130 milhões	
Veículo: CNJ	Data: 23/07/2015
Editoria:	Seção:



TJPE

Mais de R\$ 130 milhões são negociados no Mutirão Fiscal de PE

Assunto: Mais de R\$ 130 milhões são negociados no Mutirão Fiscal de PE	
Veículo: CNJ	Data: 23/07/2015
Editoria:	Seção:



Mais de R\$ 130 milhões são negociados no Mutirão Fiscal de PE



O Mutirão Fiscal de Pernambuco superou as expectativas e possibilitou a negociação de mais de R\$ 130 milhões em débitos de impostos estaduais e do município do Recife. O montante está R\$ 30 milhões acima do previsto. Da última quarta-feira (15/7) até terça-feira (21/7), 20 mil contribuintes passaram pelo Pavilhão do Centro de Convenções de Pernambuco e aproveitaram a oportunidade de obter descontos de até 90% em juros e multa,

além de condições especiais de parcelamento.

Aqueles que não puderam comparecer ao evento tem até 31/7 para obter as mesmas facilidades tanto junto à Prefeitura do Recife quanto ao Governo de Pernambuco. Para negociar os tributos municipais, basta acessar www.recife.pe.gov.br ou comparecer aos postos de atendimento ao contribuinte da prefeitura. Os cidadãos que desejam solucionar débitos de impostos estaduais terão atendimento em www.sefaz.pe.gov.br ou nas agências da Receita Estadual, inclusive no interior ([confira os endereços aqui](#)).

O Mutirão de Negociação Fiscal foi realizado conjuntamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura do Recife e a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, e permitiu o pagamento em até 96 vezes de tributos municipais da capital – IPTU, ISS e CIM – e em até 18 vezes para os impostos estaduais – ICMS, ICM, ICD e IPVA (este último apenas para débitos anteriores ao exercício de 2014).

Arrecadação - Para pagamento à vista, a Prefeitura do Recife negociou R\$ 31,1 milhões nos sete dias de evento, enquanto concedeu parcelamento de R\$ 63,2 milhões, totalizando R\$ 94 milhões. Já o Governo do Estado fechou negociações que superaram o total de R\$ 37 milhões em débitos tributários, dos quais R\$ 2,2 milhões para quitação à vista e R\$ 34,8 milhões parcelados.

A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, apontou o Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco como modelo para todo o Judiciário brasileiro. “Visitaram o mutirão representantes de dez estados brasileiros, com secretários de Finanças, secretários de Fazenda, presidentes de tribunais ou juízes, que vieram para

conhecer o projeto”, afirmou a ministra, durante a entrevista coletiva de balanço parcial do mutirão, realizada na segunda-feira (20/7).

O presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, destaca que o sucesso do mutirão endossa o compromisso de aproximar o Poder Judiciário da população e fomenta a cultura da conciliação. “Com o Mutirão de Negociação Fiscal, abrimos uma oportunidade para que o cidadão possa, pagando seus impostos, melhorar a condição de vida da coletividade. Contribui com a arrecadação e, ao mesmo tempo, regulariza a sua situação em condições especialíssimas”, afirmou. Outros frutos da iniciativa são o fortalecimento da resolução dos conflitos de forma amigável e a extinção de milhares de processos de execução fiscal em tramitação no Judiciário local.

Regularização - Para o secretário da Fazenda de Pernambuco, Márcio Stefanni Monteiro, é importante permitir a regularização dos contribuintes já que eles movimentam a economia pernambucana. “Estamos vivendo um momento delicado na economia. Ter nossos contribuintes regularizados, com suas dívidas quitadas, é possibilitar o surgimento de um novo círculo”, avaliou.

Para as empresas, a possibilidade de obter certidões habilitadas permite a participação em concorrências nas licitações públicas e pleitear crédito para investimento. Outro benefício é a regularização de veículo com a negociação de dívidas de IPVA. “A experiência foi exitosa. No âmbito estadual, tivemos a oportunidade de negociar quase 6 mil débitos fiscais, possibilitando um incremento da receita e a regularização destes contribuintes”, acrescentou o procurador-chefe da Fazenda Estadual, Rafael Amorim.

O secretário de Assuntos Jurídicos do Recife, Ricardo Correia, avaliou que o mutirão propiciou um ganho para todos os envolvidos com a regularização do cidadão junto à Justiça e a recuperação do recurso que viabiliza uma melhor prestação de serviço para toda a comunidade. “Com os descontos e condições de parcelamento, o cidadão pôde adequar o pagamento ao seu orçamento e toda a cidade ganha com uma melhor prestação de serviço, como novas creches, escolas, postos de saúde, pavimentação. Enfim, um melhor trabalho da Prefeitura como um todo”, acrescentou.

Fonte: TJPE

Assunto: Corregedora Nancy Andrichi discute demandas do primeiro grau em Pernambuco	
Veículo: Consultor Jurídico	Data: 23/07/2015
Editoria:	Seção:



Corregedora Nancy Andrichi discute demandas do primeiro grau em Pernambuco

Cerca de 250 juízes de primeira instância de Pernambuco se encontraram com a corregedora-nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi. Na reunião, eles apontaram a necessidade de implementação da política de priorização do primeiro grau, do Conselho Nacional de Justiça. O encontro faz parte do programa Fale com a Corregedora. A questão da falta de assessores e servidores, sobretudo nas comarcas do interior, foi um dos temas recorrentes da reunião, que durou cerca de duas horas.

Os magistrados pediram à corregedora a implantação, em Pernambuco, das Resoluções 194/2014 e 195/2014 do CNJ, que tratam da priorização do 1º grau. Nancy Andrichi se comprometeu a apoiar a demanda e citou o sucesso do Regime Especial de Trabalho do Tribunal de Justiça da Bahia em Salvador. A mudança transferiu temporariamente servidores dos gabinetes dos desembargadores para atuar nas 20 varas com maior acúmulo processual na capital baiana.

Outro tema levantado pela magistratura pernambucana foi a falta de segurança dos juízes que atuam em áreas com altos índices de criminalidade. Novamente evocaram a Resolução 194/2014 do CNJ para pedir providências que deem maior tranquilidade para os juízes desempenharem adequadamente suas funções. Nancy Andrichi prometeu tratar do tema com a presidência do TJ-PE.

A corregedora também debateu com os juízes a necessidade da criação da figura do “gerente judicial”, que ficaria responsável pelas questões administrativas dos tribunais, possibilitando aos magistrados, em todos os níveis, dedicarem-se prioritariamente ao trabalho judicial. “O juiz é uma mão de obra especializada e cara para o Estado. Tem que se dedicar à jurisdição e não perder tanto tempo com o acúmulo de tarefas administrativas. O gerente judicial, com formação especializada para a função, tiraria esse peso dos ombros dos magistrados”, avaliou a ministra. Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.

Assunto: Mutirão Fiscal negocia mais de R\$ 130 milhões	
Veículo: folhape.com.br	Data: 23/07/2015
Editoria:	Seção:

FOLHAPe.com.br
TUDO O QUE ACONTECE.



Assunto: Mais de R\$ 130 milhões negociados no Mutirão Fiscal de Pernambuco	
Veículo: folhape.com.br	Data: 23/07/2015
Editoria:	Seção:



Mais de R\$ 130 milhões negociados no Mutirão Fiscal de Pernambuco

Condições incluem descontos de até 90% nos juros e multas

O Mutirão Fiscal de Pernambuco encerrou com mais de R\$ 130 milhões de débitos em impostos estaduais e municipais negociados. O valor é R\$ 30 milhões acima do previsto. Em torno de 20 mil contribuintes foram ao Centro de Convenções atraídos pelas condições de negociações, que incluem descontos de até 90% nos juros e multas. As mesmas facilidades estão estendidas até o dia 31 de julho, para os mesmos débitos, tanto para pendências com a Prefeitura (www.recife.pe.gov.br) quanto com o Governo do Estado (www.sefaz.pe.gov.br). É possível ir ainda a postos de atendimento ao contribuinte ou às agências da Receita Federal, inclusive no Interior.

A iniciativa foi realizada conjuntamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura do Recife, com apoio da Corregedoria Nacional de Justiça, e permitiu o pagamento em até 96 vezes de tributos municipais da capital - IPTU, ISS e CIM - e em até 18 vezes para os impostos estaduais - ICMS, ICM, ICD e IPVA (este último apenas para débitos anteriores ao exercício de 2014).

Para pagamento à vista, a Prefeitura do Recife negociou R\$ 31,1 milhões nos sete dias de evento, enquanto concedeu parcelamento de R\$ 63,2 milhões, totalizando R\$ 94 milhões. Já o Governo do Estado fechou negociações que superaram o total de R\$ 37 milhões em débitos tributários, dos quais R\$ 2,2 milhões para quitação à vista e R\$ 34,8 milhões parcelados.

Assunto: 1ª Vara do Júri de Jaboatão - Caso Artur Eugênio - Laudos criminais feitos por peritos papiloscopistas são contestados

Veículo: folhape.com.br

Data: 23/07/2015

Editoria:

Seção:



Laudos criminais feitos por peritos papiloscopistas são contestados

Advogados estão usando brecha para tentar invalidar perícias criminais



Brecha é utilizada pelo advogado que defende Cláudio Amaro Gomes Júnior, suspeito da morte de Artur Eugênio

Os laudos periciais realizados em cenas de crimes confeccionados por papiloscopistas da Polícia Civil do Estado estão sendo contestados pela Associação de Polícia Científica de Pernambuco (Apoc-PE). Segundo a associação, essa atribuição é inconstitucional. De acordo com a Lei Federal 12.030, só fazem parte do grupo de peritos oficiais os criminais, médicos-legais e odontologistas.

Já a Constituição Estadual determina que cabe aos papiloscopistas fazer a identificação civil e criminal, o que significa comprovar se a identidade é verdadeira e se a pessoa tem passagem pela polícia, respectivamente. No entanto, alega a Apoc-PE, a categoria tem indo aos locais de crimes fazer perícias, o que estaria gerando processos para derrubar os laudos periciais.

É justamente essa “brecha” que está sendo usada pelo advogado Luiz Miguel Santos, que defende o estudante de direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, que junto com o pai, o médico Cláudio Amaro, é suspeito de mandar matar, em 2014, o também médico Artur Eugênio de Azevedo Pereira, 36 anos. “Fiz o pedido ao Tribunal de Justiça e aguardo resposta. Esses papiloscopistas não podem fazer perícia e nem assinar laudos porque a

Lei Federal não permite. Eles não têm competência legal para fazer esse serviço”, explicou Santos, que pediu habeas corpus para o seu cliente.

SDS

Em nota, a Secretaria de Defesa Social (SDS) explicou que a Lei 12.030 estabelece normas para as perícias oficiais de natureza criminal e a perícia realizada pelos peritos papiloscópicos de que trata o decreto 39.921/2013 são perícias papiloscópicas. Sobre a Constituição do Estado, a SDS disse que, segundo o artigo 103 da Constituição à Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, ocupante do último nível da carreira, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal. “Não vislumbramos, dessa forma, a inconstitucionalidade do Decreto Estadual”, encerrou o texto da SDS.

Assunto: Mutirão Fiscal de Pernambuco negocia mais de R\$ 130 milhões	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 23/07/2015
Editoria:	Seção:



Mutirão Fiscal de Pernambuco negocia mais de R\$ 130 milhões

Ação disponibilizou descontos de até 90% para pagamentos à vista

O Mutirão Fiscal de Pernambuco possibilitou a negociação de mais de R\$ 130 milhões de débitos de impostos estaduais e municipais do Recife. A marca alcançada entre os dias 15 e 21 de julho representa R\$ 30 milhões a mais do que o esperado para o evento, que atendeu 20 mil pessoas, no Pavilhão do Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda, Região Metropolitana.

O evento disponibilizou até 90% de descontos em juros e multas, para que optasse por pagar a vista. Os participantes ainda puderam parcelar as dívidas em até 18 vezes para impostos estaduais (ICMS, ICM, ICD e IPVA), ou até 96 vezes para tributos municipais (IPTU, ISS e CIM). Para pagamento à vista, a Prefeitura do Recife negociou R\$ 31,1 milhões nos sete dias de evento, enquanto concedeu parcelamento de R\$ 63,2 milhões, totalizando R\$ 94 milhões. Já o Governo do Estado fechou negociações que superaram o total de R\$ 37 milhões em débitos tributários, dos quais R\$ 2,2 milhões para quitação à vista e R\$ 34,8 milhões parcelados.

Oportunidade

Quem não pode comparecer ao Centro de Convenções durante os dias do mutirão, a Prefeitura do Recife decidiu estender o período de negociações. O interessado poderá ser atendido pela internet ou em algum dos pontos presenciais participantes. Quem escolher realizar a negociação pela internet, deve acessar o [site da PCR](#) e aderir online ao Programa de Pagamento e Parcelamento Incentivado (PPI). Já aqueles que decidir pelo processo presencial poderão ser atendidos na Central de Atendimento ao Contribuinte, no térreo do edifício-sede da Prefeitura do Recife, na sede da Procuradoria da Fazenda Municipal ou nos postos de atendimento da Secretaria de Finanças nos Expressos Cidadão do Shopping Riomar e Cordeiro.

Confira abaixo os horários de atendimento presencial:

- Central de Atendimento ao Contribuinte - Edifício-sede da Prefeitura do Recife, Avenida Cais do Apolo, 935, Bairro do Recife. Das 8h as 14h.
- Sede da Procuradoria da Fazenda Municipal Edifício-sede do Imperador, 511, São José. Das 8h às 14h.
- Expresso Cidadão do Cordeiro - 7h30 às 19h30 de segunda a sexta e sábado das 7h30 às 13h30.
- Expresso Cidadão do Shopping Riomar - 8h as 20h de segunda a sexta e sábado das 8h as 14h.

Assunto: Mutirão Fiscal assegura quitação de dívidas até o próximo dia 31 pela web

Veículo: diariodepernambuco.com.br

Data: 23/07/2015

Editoria:

Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br



Assunto: Mutirão Fiscal assegura quitação de dívidas até o próximo dia 31 pela web	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 23/07/2015
Editoria:	Seção:



Mutirão assegura resgate de R\$ 90 milhões para os cofres do estado e do Recife

Os contribuintes do estado que não conseguirem comparecer ao Centro de Convenções poderão usufruir das mesmas condições somente até 31 de julho, pelo site da Sefaz-PE

Quem têm pendências fiscais com o estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife deve ficar atento. As condições especiais para o pagamento de débitos tributários oferecidas pelo Mutirão da Negociação Fiscal de Pernambuco vão até esta terça-feira e podem assegurar um retorno de cerca de R\$ 90 milhões aos cofres públicos do estado e da cidade do Recife. A iniciativa deu preferência a acordos cuja dívida é de até R\$ 50 mil. No tocante ao Tesouro Estadual, devem ser regatados em 18 meses, mediante pagamento por parte dos devedores, R\$ 27,2 milhões. Desse montante, R\$ 1,79 milhão já foi liquidado, e, portanto, já está no caixa.

As negociações acontecem desde o último dia 15, no pavilhão do Centro de Convenções de Pernambuco. Com prazo de término para hoje, a ação foi prorrogada até amanhã, das 8h às 19h. O mutirão é realizado de forma integrada entre o Governo do Estado, Tribunal de Justiça e Prefeitura do Recife.

Quem comparecer ao evento poderá negociar ICM, ICMS, IPVA, ICD, IPTU, ISS, ITBI e CIM em condições especiais, com redução de até 90% em multas e juros, e parcelamento de até 96 vezes. Para aderir às condições do mutirão, o contribuinte, se pessoa física, precisa estar com a identidade (RG) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). No caso de uma pessoa jurídica, será necessário apresentar o contrato social da empresa, CNPJ e a inscrição estadual ou municipal.

O mutirão faz parte do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, idealizado e promovido pela Corregedoria Nacional de Justiça. Entre os objetivos do programa estão a possibilidade de cidadãos e empresas quitarem seus débitos, a recuperação do crédito por parte do Executivo e a diminuição do acervo no Judiciário, uma vez que as ações de execução fiscal equivalem a 52% dos processos em tramitação no país.

Os contribuintes do estado que não conseguirem comparecer ao Centro de Convenções poderão usufruir das mesmas condições somente até 31 de julho. Para tanto, devem acessar o site www.sefaz.pe.gov.br ou se dirigir a uma unidade da Secretaria da Fazenda mais próxima, inclusive no interior. Pernambuco foi o terceiro estado a aderir ao programa, que foi lançado em fevereiro pela corregedora-nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi. Antes da iniciativa, Pernambuco já havia recuperado R\$ 820 milhões em créditos para investimentos em políticas públicas.

Assunto: Mutirão de negociação fiscal de Pernambuco supera R\$ 130 milhões em débito	
Veículo: JConline	Data: 23/07/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Mutirão de negociação fiscal de Pernambuco supera R\$ 130 milhões em débito

Em sete dias, 20 mil contribuintes puderam negociar dívidas com descontos. Condições especiais de pagamento seguem até 31 de julho.



Prefeitura do Recife negociou R\$ 94,3 milhões, dos quais R\$ 31,1 milhões de pagamentos à vista e R\$ 63,2 milhões parcelados em até 96 vezes

Foto: Antônio Tenório/ Divulgação PCR

Mais de R\$ 130 milhões em débitos de impostos estaduais e municipais foram negociados nos sete dias do Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco, realizado no Centro de Convenções. Do dia 15 ao 21 de julho, 20 mil contribuintes aproveitaram a oportunidade de obter descontos de até 90% em juros e multa, além de condições especiais de parcelamento.

O Governo fechou negociações que superaram o total de R\$ 37 milhões em débitos tributários, sendo R\$ 2,2 milhões para quitação à vista e R\$ 34,8 milhões parcelados. Já a Prefeitura do Recife negociou R\$ 94,3 milhões, dos quais R\$ 31,1 milhões de pagamentos à vista, com descontos de até 90% nos juros e nas multas, e R\$ 63,2 milhões parcelados em até 96 vezes.

“Negociar 33 mil débitos é um volume significativo para um curto espaço de tempo. O mutirão foi tão exitoso que vai servir de modelo para o resto do País”, revela o secretário de Assuntos Jurídicos do Recife, Ricardo Correia.

As condições especiais de pagamento seguem até o dia 31 de julho. Para negociar os tributos municipais, o contribuinte pode acessar o [site](#) da Prefeitura do Recife ou procurar os postos de atendimento ao contribuinte. Os débitos estaduais podem ser negociados pelo [site](#) da Secretaria da Fazenda ou nas agências da Receita Estadual.